

O sujeito e a prensa tipográfica¹

The subject and the printing press

MÁRCIO SOUZA GONÇALVES

Professor do Programa de Pós-Graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ.

<msg@uerj.br>

RESUMO

O artigo, de caráter francamente ensaístico, articula, a partir de diversos autores, uma aproximação entre escrita, prensa tipográfica e racionalidade, levantando a hipótese de que a temática do sujeito, que se encontra no cerne da filosofia moderna, tem em sua origem, além de uma questão epistemológica relativa à fundamentação da verdade, uma nova forma de vivência psicológica, ligada a novos modos de experiência mental tornados possíveis pela impressão, que remetem especificamente para o individualismo, o ponto de vista fixo, a perspectiva e a noção do ato cognitivo como representação.

PALAVRAS-CHAVE: Prensa Tipográfica; Racionalidade; Sujeito.

ABSTRACT

This mostly essayistic article relates, based on several authors, writing, printing press and rationality. The central hypothesis is that the subject, which is in the core of modern philosophy, has his origins, aside from epistemological matters, also in a new form of psychological life, linked to new kinds of mental experience made possible by printing press and that in this new psychological life are specially important individualism, a fixed point of view, perspective and the understanding of cognition as representation.

KEYWORDS: Printing Press; Rationality; Subject.

Escrita e razão

Uma ligação estreita entre as letras, escritas à mão ou impressas, alfabéticas ou não, e a racionalidade, tomando esta palavra num sentido lato, aparece em vários autores. Assim, para começar, vejamos Barbier, se referindo à invenção do alfabeto:

“

As consequências da invenção do alfabeto são absolutamente consideráveis. Em primeiro lugar, Platão e Aristóteles insistem sobre o fato de que a fala está doravante fixada e que uma crítica se torna possível, mesmo se, na civilização antiga, o problema essencial reside sempre no domínio da comunicação oral (de onde a importância da retórica e posteriormente da maiêutica socrática que conduzirá à dialética).

(Barbier, 2006, p. 24)²

Segue-se então, no texto de Barbier, um resumo das teses de Goody apresentadas em *La Raison graphique: la domestication de la pensée sauvage*:

“

Para Goody, a escrita alfabética conferiu ao Ocidente sua forma de lógica pois ela combina três elementos: 1) a universalidade possível do emprego e a eficiência (pois que o número de signos é bastante limitado): daí a democracia possível, dado que todos podem muito facilmente aprender a ler; 2) a abstração da lógica analítica sobre a qual a escrita se funda; 3) enfim, a possibilidade de uma larga difusão dos usos do escrito e a construção de uma verdadeira cultura escrita. A mutação ocorre nos séculos IV e III A.C. com a generalização do alfabeto grego, a invenção da geometria e a instauração da democracia ateniense.

(Barbier, 2006, p. 24-25).

O próprio Goody, bastante prolixo sobre o tema, em vários lugares o aborda. Sem termos nenhuma presunção de exaustividade, temos, por exemplo, em referência ao alfabeto:

“

Por outro lado, sociedades letradas não podem descartar, absorver nem transmutar o passado da mesma maneira [que as orais]. Ao contrário, seus membros são confrontados com versões permanentemente registradas do passado e com suas convicções; porque o passado é assim, fixo e isolado do presente, o inquérito histórico se torna possível. Isso, por sua vez, encoraja o ceticismo e o ceticismo não apenas a respeito do passado lendário, mas também sobre ideias recebidas a respeito do universo como um todo. A partir daqui, o próximo passo é ver como construir e testar explicações alternativas e, além disso, proceder ao tipo de tradição intelectual lógica, especializada e cumulativa da Jônia do século VI. O tipo de análise envolvida no silogismo e em outros procedimentos lógicos é claramente dependente da escrita, sobretudo em uma forma de escrita suficientemente simples e corrente para tornar-se um recurso possível, difundido e habitual de gravação das declarações verbais e, então, para a sua dissecação. É provável que seja somente o processo analítico que a própria escrita vincula, a formalização escrita de sons e de sintaxe, que torne possível a habitual separação em unidades formalmente distintas dos vários elementos culturais, cuja inteireza indivisível é a base essencial da ‘participação mística’ que Lévy-Bruhl viu como característica do pensamento de povos não-letrados.

(Goody; Watt, 2006, p. 76-77)

Ceticismo, explicações alternativas, lógica: uma tríade fundadora daquilo que pode ser chamada de a tradição filosófica ocidental. Por outro lado, temos um Goody que atribui traços importantes às escritas pré-alfabéticas:

“

Ao mesmo tempo, a acumulação de ceticismo na escrita leva ao estabelecimento de uma tradição crítica que rejeita a ‘magia’, lado a lado com uma outra de base mais oral que a aceita. Se bem que semelhantes evoluções tenham sido indubitavelmente propagadas pela Grécia clássica [...], na Europa medieval [...] e no Renascimento [...], os germes do processo encontravam-se já na tradição escrita da Mesopotâmia.

(Goody, 1987, p. 55)

Num nível mais abstrato, a ideia pode ser assim enunciada:

“

[...] a construção do texto, que em qualquer caso é uma coisa diferente da transcrição do discurso, pode levar à sua contemplação, ao desenvolvimento de pensamentos acerca dos pensamentos, a uma metafísica que pode requerer a sua própria metalinguagem.

(Goody, 1987, p. 56)

Havelock, por seu turno, articula de modo bastante erudito e fundamentado essa relação entre escrita e racionalidade, tendo como centro de discussão a Grécia antiga e o processo de letramento que aí se desenvolveu por conta da invenção

da escrita alfabética, com a introdução de representações para vogais na escrita fenícia.

“

Poderia ser realmente verdade que a mera mudança física nas condições de armazenamento fosse responsável, que a mera documentação da linguagem encorajasse uma virada fundamental em hábitos mentais? Seria difícil provar positivamente que o uso da escrita, agora universal em sociedades letradas, tem uma conexão direta com o emprego do pensamento abstrato, na medida, obviamente, em que tal pensamento agora é exprimível oralmente numa discussão. Mas não é difícil mostrar negativamente que tal pensamento não é bem-vindo na fala preservada oralmente. Qual foi o fator positivo novo acrescentado ao processo de cognição da fala quando a fala foi escrita? O fator foi físico. Palavras que desde tempos imemoriais subsistiram como sons no ar, sujeitas somente às leis acústicas, se tornaram também formas inscritas em superfícies, e desse modo também sujeitas às leis apropriadas à visão. Todas as leis da cognição são instituídas pelo cérebro, mas o cérebro emprega vários sentidos para atingir a cognição. Sob condições pré-letradas a cognição da linguagem – do que está sendo dito – depende do ouvido. Sua manufatura depende da língua. Nas letradas, as leis (ou hábitos) da visão são usadas para suplementar as do ouvido, tanto na cognição quanto na criação. Os efeitos significantes dessa mudança se registram no manejo da linguagem como é usada para propósitos de armazenamento – linguagem que tem um conteúdo de conhecimento, seja legal, literário, filosófico, religioso ou técnico, utilizável para a empreitada de viver na cultura em questão.

(Havelock, 1978, p. 224)

Com a escrita, nossos hábitos mentais e aparelho cognitivo são alterados e passam a operar com um apoio visual. É isso que permite que Havelock, alhures, defina a escrita alfabética grega como um “peça de tecnologia explosiva, revolucionária” (Havelock, 1996, p. 14). Assim, o estudo da Grécia por esse autor é na realidade uma investigação das

“

[...] condições materiais que constituíram as circunstâncias de uma mudança nos meios de comunicação social e interpessoal entre seres humanos. Subjacente a essa análise, acha-se quase sempre implícita, mas de algum modo perceptível, a possibilidade de uma tese mais abrangente e chocante, a saber que a referida mudança tornou-se o meio de introduzir um, novo estado mental – a mente alfabética, se me é permitida a expressão.

(Havelock, 1996, p. 15-16)

É neste sentido que se pode pensar a escrita alfabética como condicionante mais antiga e distante disso que se costuma chamar de modo mais ou menos vago de cultura ocidental, caracterizada por uma racionalidade inicialmente filosófica e posteriormente científica.

A questão da articulação entre racionalidade e escrita pode ser pensada, como propõe Havelock, a partir do verbo *ser* e de sua modalidade de existência. Cópula lógica por excelência (por exemplo, Sócrates *é* mortal), o verbo *ser* parece ser a base de todo um modo de funcionamento cognitivo lógico estruturado em torno da atribuição de qualidades a seres que *são*, qualidades essenciais ou não. Esse modo de

funcionamento cognitivo se faz em detrimento de verbos que indiquem ação e não atributos. Assim, por exemplo, nossa mente racional ocidental tende a preferir *a árvore é verde* às expensas de *a árvore verdeja*. Vê-se, portanto, uma afinidade básica entre o verbo *ser* e a *razão ocidental*. Essa afinidade é correlata de outra entre *ser* e escrita.

“

Um membro de uma sociedade restrita à comunicação oral seria mais propenso que seu homólogo letrado a investir suas declarações [statements] com uma espécie de dinamismo. Ele tenderia a perceber seu ambiente não como uma série de objetos colocados em relação uns com os outros, mas como uma série de atividades e processos nos quais os objetos desempenham papéis. Sua própria experiência deste ambiente se modularia numa série de ações e reações a tais atividades. O domínio do copulativo ‘ser’ sobre a fala comum, que aumentou desde que o Helenismo oral deixou de existir, pode ser percebido no uso extenso do verbo nas línguas europeias como auxiliar para denotar voz ou modo ou tempo. Mesmo se admitirmos certos usos do grego einai que podem ser classificados como ‘auxiliares’, uma tão completa neutralização do verbo, tornando-o totalmente subserviente ao sentido do que ele acompanha, seria bastante incomum. A mesma observação se aplica à tendência de substituir verbos psicológicos – ‘ele enraivece, ele esfomeia, ele ama [tradução livre]’ – por declarações [statements] psicológicas: ‘ele está com raiva, ele está com fome, ele é um amante de’.

(Havelock, 1978, p. 247-248)

Uma ligação pode ser estabelecida assim entre escrita alfabética e racionalidade através de uma cadeia causal cuja descrição mais exaustiva deveria envolver: a

liberação da memória pela escrita e o uso de verbos de cópula em detrimento de verbos de ação; ascensão do verbo ser como cópula por excelência; produção de um modo cognitivo baseado na atribuição de qualidades e atributos que definem o que se é; domínio da razão lógica.

Toda uma tradição alternativa baseada nos verbos de ação fica assim desvalorizada. Destaque-se, quanto a isso, a interessante tentativa de Deleuze em *Lógica do Sentido* de pensar, a partir da filosofia estóica, uma lógica (do sentido) baseada em acontecimentos cujo modo de comparecimento escapa ao verbo *ser*. Uma lógica onde a árvore, ao invés de ser verde, verdeja... Pense-se igualmente na ontologia subjacente ao pensamento de Gabriel Tarde, cuja discussão, infelizmente, não podemos fazer aqui.

Escrita, prensa tipográfica e razão

Havelock nos conduz a McLuhan, que assim se expressa, ressaltando a seu modo a força única da escrita alfabética: “Só o alfabeto fonético produz uma divisão tão clara da experiência, dando-nos um olho por um ouvido e liberando o homem pré-letrado do transe tribal, da ressonância da palavra mágica e da teia do parentesco” (McLuhan, 2005, p. 103).

McLuhan sustenta que o alfabeto, hipertrofiando o olho, engendra uma nova forma cultural e individual, cuja lógica de separação faz bizarramente vir à mente a Sociedade do Espetáculo de Debord.

Para o que nos interessa aqui, contudo, o mais importante é a tese de que se deu uma “[...] estruturação linear da vida racional pela cultura escrita [...]” (McLuhan, 2005, p. 104). De algum modo o alfabeto lineariza e racionaliza, e estas duas coisas andam juntas.

“

Somente as culturas letradas dominaram as sequências lineares concatenadas como formas de organização psíquica e social. A fragmentação da experiência em unidades uniformes aptas a produzir ações e mudanças formais mais rápidas (conhecimento aplicado) tem sido o segredo do domínio ocidental tanto sobre o homem como sobre a natureza. [...] Ambos [o planejamento militar e o industrial] são moldados pelo alfabeto, em sua técnica de transformação e controle e que consiste em tornar todas as situações uniformes e contínuas. Este processo, manifesto inclusive na fase greco-romana, intensificou-se com a uniformidade e a repetibilidade da descoberta de Gutenberg.

(McLuhan, 2005, p. 105)

Essas alterações têm uma dimensão tanto social quanto individual:

“

Esta mesma separação entre visão, som e significado, peculiar ao alfabeto fonético, se estende também aos seus efeitos sociais e psicológicos. O homem letrado sofre uma compartimentação de sua vida sensorial, emocional e imaginativa [...]. Se o homem ocidental sofre a dissociação de sua sensibilidade interna pelo emprego do alfabeto, também conquista a liberdade pessoal de dissociar-se do clã e da família.

(McLuhan, 2005, p. 107)

Ou seja, o alfabeto engendra uma forma de separação que psicologicamente possibilita a racionalidade linear e socialmente o individualismo. A prensa tipográfica continua e radicaliza o processo:

“

Talvez a suprema qualidade da imprensa se tenha perdido para nós, tão óbvia e espontânea é a sua existência. Essa qualidade reside no fato de ela ser um pronunciamento pictórico que pode ser repetido precisa e indefinidamente – pelo menos até que o tipo se gaste. A repetibilidade é o cerne do princípio mecânico que vem dominando nosso mundo, desde o advento da tecnologia gutenberguiana. Com a tipografia, o princípio dos tipos móveis introduziu o meio de mecanizar qualquer artesanato pelo processo de segmentar e fragmentar a operação total. O que começara com o alfabeto, que separou os gestos, a visão e o som da palavra falada, atingiu um novo nível de intensidade com a xilogravura e, depois, com a tipografia. O alfabeto fez do valor visual o componente supremo, reduzindo a essa forma todos os demais fatos sensoriais da palavra falada.

(McLuhan, 2005, p. 184)

Essa aproximação entre tipografia e racionalidade é igualmente assinalada por McLuhan quando este se refere ao surgimento de uma nova forma cultural não mais definida essencialmente pelas letras alfabéticas:

“

*No mundo de baixa definição da xilogravura medieval, cada objeto criava seu próprio espaço, e não havia nenhum espaço racional e unido em que o objeto devesse caber. À medida que a impressão retínica é intensificada, os objetos deixam de ter coerência num espaço de sua própria criação, devendo ser **contidos** num espaço uniforme, contínuo e ‘racional’. Em 1905, a teoria da relatividade veio anunciar a dissolução do espaço uniforme newtoniano, como ilusão, ou ficção – ainda que útil. Einstein pronunciou a condenação do espaço contínuo ou ‘racional’ – o que limpou o caminho para Picasso, os Irmãos Marx e **MAD**.*

(McLuhan, 2005, p. 187)

Não deixa de ser irônico que o Einstein que insiste, na contramão da física quântica, que Deus não joga dados, seja alinhado por McLuhan como o juiz que pronuncia a condenação do espaço racional.

Eisenstein, por seu turno, percebe de maneira ampla uma ligação entre a prensa tipográfica e a forma de racionalidade presente de modo generalizado na consciência dos homens modernos e, de modo mais específico, na ciência moderna.

Vários fatores ligados à operação das prensas tipográficas, tomados em conjunto, possibilitam que cheguemos ao que se chama hoje ciência. Com o risco inerente a todo resumo esquemático, pode-se dizer que para esta autora a tipografia aumenta o número de textos e leitores na Europa culta, padroniza os textos (já que todos os exemplares saídos de uma mesma edição de uma mesma oficina tipográfica são em tese idênticos), centraliza a produção na figura do impressor-livreiro. Um conjunto enorme de revisores involuntários, disperso nas figuras de todos os leitores, pode retroalimentar os editores-livreiros bem como os autores com correções que, no limite, permitem a produção de uma bibliografia cada vez melhor e de maior confiabilidade. Essa bibliografia estaria na base do surgimento da ciência.

Mas, ao lado desse efeito macroscópico, Eisenstein aponta efeitos mais localizados, como, por exemplo, no que se segue:

“

*A familiaridade crescente com páginas numeradas regularmente, sinais de pontuação, divisões de seção, títulos de páginas, índices e assim por diante ajudou a reorganizar o pensamento de **todos** os leitores, fosse qual fosse sua profissão ou ofício. A utilização de números arábicos para a numeração de páginas indica como a mais banal inovação poderia ter consequências pesadas – no caso, resultou numa elaboração mais*

cuidadosa de índices, de anotações e referências cruzadas. [...] Parece-me dispensável explicitar de que modo as páginas de rosto contribuíram para a catalogação de livros e o aprimoramento do ofício de bibliógrafo. Já a maneira como elas concorreram para a formação de novos hábitos de indicar local e data, de modo generalizado, parece requerer considerações mais detidas.

(Eisenstein, 1998, p. 89)

A estruturação do texto seria assim um fator concorrente nessa formação de uma nova forma de cognição, para *todos*, como nossa autora diz em itálico para enfatizar, os leitores.

A questão da visualidade e dos sistemas visuais é indicada por Meggs e Purvis, em sua monumental e obrigatória *História do design gráfico*, como articulada ao racionalismo e à linearidade. Destaque-se, coisa importante, que a tipografia é, para esses autores, um dos lados de um processo que comporta igualmente alterações na forma da pintura ligadas à perspectiva e a modos de representação mais acurados. Ou seja, chamam atenção para o fato de que o olho não é apenas o olho que lê, mas também o olho que contempla pinturas. Assim, encontramos o seguinte trecho:

“

Os inovadores do Renascimento alteraram a percepção de informações pela criação de dois sistemas visuais. A pintura evocou ilusões do mundo natural em superfícies planas por meios como a fonte única de luz e a modelagem de claro e escuro, o ponto de vista fixo e a perspectiva linear, e a perspectiva aérea. A tipografia criou um ordenamento sequencial e repetível de informações e espaço. Ela levou

as pessoas rumo ao pensamento linear e à lógica e a uma categorização e compartimentalização de informações que constituíram a base para a investigação científica empírica. Fomentou o individualismo, um aspecto dominante da sociedade ocidental a partir do Renascimento.

(Meggs e Purvis, 2009, p. 106)

Assim, para esses autores, a tipografia, dada sua estrutura sequencial e o fato de tornar idêntica a repetição, produz linearidade de pensamento e lógica, o que vai permitir a ciência empírica posterior.

Ong (1998) também se pronuncia com frequência acerca da relação entre as letras e nossos processos mentais, assim como entre a ausência de letramento e o funcionamento cognitivo característico das culturas orais.

Em primeiro lugar, damos ênfase à colocação de Ong de que: “O alto grau de cultura escrita alimenta a composição verdadeiramente escrita, na qual o autor compõe um texto que é exatamente um texto, junta suas palavras no papel. Isso confere ao pensamento contornos diferentes daqueles do pensamento baseado na oralidade” (1998, p. 111-112). Há para esse autor uma importância do suporte da composição na estruturação tanto do tema quanto do pensamento.

Isso se deve ao fato de que a dinâmica da textualidade é diferente da dinâmica da fala. “A situação das palavras em um texto é muito diferente da sua situação na linguagem falada. [...] As palavras, em seu hábitat natural, oral, são parte de um presente real, existencial. [...] No entanto, as palavras estão sozinhas em um texto” (Ong, 1998, pp. 117-118). Essa solidão das palavras obriga o autor a um esforço de clareza e ordenação: na impossibilidade de se esclarecer oralmente o dito, como num diálogo, a escrita deve ser mais clara, mais detalhada, mais explicativa, enfim, mais

analítica do que a fala: “[...] as palavras escritas refinam a análise, pois se exige mais das palavras individualmente” (Ong, 1998, p. 120).

Ong (1998, p. 135) situa a prensa tipográfica como algo que reforça e ao mesmo tempo “[...] transforma os efeitos da escrita sobre o pensamento e a expressão”. O ponto que nos parece chave para a compreensão da posição desse autor se refere ao modo como os tipos móveis afetam a psicologia humana:

“

A impressão de caracteres tipográficos alfabéticos, na qual cada letra era gravada em uma peça separada de metal, assinalou uma ruptura psicológica de primeira ordem. Ela embutiu profundamente a própria palavra no processo de manufatura e transformou-a em uma espécie de produto. A primeira linha de montagem, uma técnica de manufatura que, em uma série de etapas fixas, produz objetos complexos idênticos compostos de partes substituíveis, não era do tipo que produz fogões, sapatos ou armas, mas de um tipo que produzia o livro impresso. [...] Apesar das afirmações de muitos semiólogos estruturalistas, foi a impressão, e não a escrita, que realmente reificou a palavra e, com ela, a atividade noética.

(Ong, 1998, p. 136-137)

Ong dá assim um privilégio especial, especialíssimo mesmo, à impressão, na medida em que ela efetivamente reificou o ato de pensar, reificação que tendemos a interpretar como sendo uma forma de objetificação, de tornar externo ao *sujeito*, de transformar em objetivamente examinável.

Esse privilégio se liga ao fato de a substituição da dominância do ouvido, das culturas orais, pelo olho, das escritas, ser lenta. As culturas manuscritas seriam compreendidas então como culturas de transição, onde o ouvido ainda é muito forte.

“

Finalmente, contudo, a impressão substituiu a prolongada predominância da audição no mundo do pensamento e da expressão pelo predomínio da visão, que se iniciara com a escrita, mas não podia se desenvolver apenas com o apoio da escrita. A impressão situa as palavras no espaço de maneira muito mais inexorável do que a escrita jamais fizera. A escrita move as palavras do mundo do som para um mundo do espaço visual, mas a impressão encerra as palavras em uma posição nesse espaço. [...] A maioria dos leitores obviamente não está consciente de toda essa locomoção que produziu o texto impresso. Não obstante, da aparência do texto impresso, os leitores captam uma sensação da palavra-no-espaço muito diferente daquela comunicada pela escrita. Os textos impressos parecem feitos à máquina, como de fato são.

(Ong, 1998, p. 139-140)

Desse ar maquinal do texto decorre uma maior nitidez, regularidade, alinhamento, uniformidade, frieza, uma maior legibilidade. Ora, “a maior legibilidade, em última análise, favorece a leitura rápida, silenciosa” (Ong, 1998, p. 140). Além disso, haveria um cuidado maior com a qualidade do texto, a impressão seria orientada para o consumidor, em oposição à escrita manual, orientada para o produtor: com a produção mais rápida, o tempo gasto com o maior cuidado em relação ao texto é recuperado, se considerado o enorme número de leitores atingidos por uma única edição.

Para Ong, “o espaço tipográfico age não só sobre a imaginação científica e filosófica, mas também sobre a imaginação literária, que mostra alguns dos modos complexos pelos quais o espaço tipográfico está presente na psique” (Ong, 1998, p. 147), o que pode ser percebido de modo ao mesmo tempo radical e revelador, dizemos nós, no caso da poesia concreta.

Antes de encerrarmos nossa discussão, incompleta, de Ong, devem ser mencionados dois outros aspectos relevantes das colocações desse autor. A impressão favoreceria uma forma de fechamento, finalização ou completude do texto (Ong, 1998, p. 150). Se a escrita separa o pensamento do pensador, isolando-o, a impressão radicaliza o processo, e “[...] encerra o pensamento em milhares de cópias de uma obra com exatamente o mesmo aspecto visual e a mesma consistência física” (Ong, 1998, p. 150-151). Essas cópias idênticas representariam a forma final e definitiva, para a posteridade, das palavras do autor.

Finalmente, Ong segue McLuhan na indicação da importância do estabelecimento de um ponto de vista fixo pela prensa tipográfica.

“

Com o ponto de vista fixo, era possível manter um tom fixo através de toda uma composição longa em prosa. O ponto de vista fixo e o tom fixo mostraram, em um aspecto, uma maior distância entre o escritor e o leitor e, em outro, um maior entendimento tácito. O escritor podia seguir seu caminho sem maiores preocupações (maior distância, ausência de preocupação). Não havia necessidade de fazer de tudo uma sátira menipeia, uma mistura de diferentes pontos de vista e inflexões para diferentes sensibilidades. O escritor podia confiar que o leitor iria se ajustar (maior entendimento). Nesse momento, nasceu o ‘público leitor’ – uma clientela considerável de leitores desconhecidos pessoalmente do autor, mas capazes de lidar com certos pontos de vista mais ou menos estabelecidos.

(Ong, 1998, p. 153-154)

McLuhan assim se expressa sobre esse ponto:

“

Psicologicamente, o livro impresso, como extensão da faculdade visual, intensificou a perspectiva e o ponto de vista fixo. Associada à ênfase visual do ponto de vista e do ponto de fuga que produzem a ilusão da perspectiva, veio uma outra ilusão: a de que o espaço é visual, uniforme e contínuo. A linearidade, a precisão e a uniformidade da disposição dos tipos móveis são inseparáveis das grandes formas e inovações culturais da experiência renascentista. A nova intensidade da pressão visual e do ponto de vista particular, no primeiro século da imprensa, veio associada aos meios de auto-expressão tornados possíveis pela extensão tipográfica do homem. Socialmente, a extensão tipográfica do homem trouxe o nacionalismo, o industrialismo, os mercados de massa, a alfabetização e a educação universais. [...] a imprensa liberou grandes energias psíquicas e sociais no Renascimento, tirando o indivíduo de seu grupo tradicional e fornecendo-lhe um modelo de como adicionar indivíduos para formar uma poderosa aglomeração de massa.

(McLuhan, 2005, p. 197)

Para o que aqui nos interessa, importa reter, de todas as considerações acima, as ideias de perspectiva, de ponto de vista fixo e de individualismo.

Perspectiva, tanto no sentido pictórico, quanto num sentido filosófico, remete para quem tem a perspectiva, para quem observa de uma certa perspectiva, para uma espécie de olho abstrato que é de onde a perspectiva é observada. O ponto de vista fixo é precisamente o desse olho abstrato e ideal, cuja fixidez é condição da objetificação do observado, tanto num sentido pictórico quanto num sentido físico (pense-se na

ideia de espaço e tempo absolutos da física newtoniana como ponto de vista absoluto que dá sentido às medidas realizadas e realizáveis). O indivíduo é quem tem o ponto de vista, é o agente ideal cujo olho abstrato contempla o mundo, mas é também o agente encarnado, agente de uma série de mudanças sociais que ocorrem, sobretudo, a partir do século XV (mas cujos esboços são anteriores). Caminham juntos, portanto, o indivíduo, seu ponto de vista fixo e sua perspectiva.

Uma noção subjacente a todo esse processo aqui abordado, noção extremamente importante, é a noção de representação, como indicou Kepes:

“

Havia-se ‘purificado’ a imagem. Nessa purificação, entretanto, esqueceu-se do fato de que as resultantes distorção e desintegração da imagem, como experiência plástica, não foram devidas a significativos sinais representados como tais, mas antes ao prevalecente conceito de representação que era estático e limitado e, conseqüentemente, em contradição com a natureza plástica e dinâmica da experiência visual. A estrutura do significado baseara-se na mesma concepção que gerara o ponto de vista fixo da representação do espaço, a perspectiva linear e a modelagem pelas linhas de sombra. O caráter involuntário e subliminar desse ‘ponto de vista fixo’ ou pessoal está condicionado ao isolamento do fator visual na experiência.

(apud McLuhan, 1977, p. 179)

O ponto de vista fixo remete para a noção de representação, o que nos obriga a acrescentar este termo à tríade mencionada acima: o indivíduo, seu ponto de vista fixo e sua perspectiva, a representação como seu ato cognitivo.

Sujeito

Nosso pequeno ensaio aqui se aproxima de seu ponto essencial, da hipótese que o define. Essa hipótese pode ser assim enunciada: há uma relação próxima entre os efeitos da prensa imediatamente acima assinalados pelos termos indivíduo, ponto de vista fixo, perspectiva e representação, e a emergência da temática filosófica do sujeito.

A emergência do sujeito como conceito fundador de uma modernidade filosófica certamente tem raízes epistemológicas. Assim, tomando um caso *princeps*, a filosofia cartesiana do *cogito* é claramente uma tentativa de ancoragem da verdade em uma nova forma de certeza, contra as possibilidades céticas que se apresentavam. O gênio de Descartes estava em virar o ceticismo contra o próprio ceticismo através do método da dúvida. Ora, no processo de virar o ceticismo contra o ceticismo é o sujeito pensante que se apresenta como porto seguro da verdade, como base primeira da qual outras verdades se podem deduzir. Assim, o sujeito pensante remete a uma problemática epistemológica. Kant seria outro caso paradigmático, mas que não será aqui explorado.

Acreditamos, contudo, que, ao lado dessa origem epistemológica, pode-se alinhar outra, desta vez psicológica. Algo da psicologia do pensador na modernidade filosófica pode se ter alterado, algo que aproximou os filósofos da noção de sujeito. Esse algo, como se deduz facilmente de tudo o que dissemos até agora, é uma nova forma de pensar e de experimentar o ato de pensar, uma nova “psicologia” do pensamento, engendrada pela prensa tipográfica.

A experiência do ponto de vista fixo, do conhecer como representar numa perspectiva, do individualismo como contexto cultural dessa representação, conduz, ao lado das necessidades epistemológicas, ao sujeito como conceito fundador. Assim, num certo sentido a invenção da prensa influencia a temática da filosofia moderna em

suas próprias bases, o modo de produção de textos em série afeta a imagem que se tem do ato de pensar e conhecer.

Sujeito, filosoficamente, como indica Ferrater Mora (1982, p. 384-385), pode ter diversos sentidos. Pode se tratar do sujeito do ponto de vista lógico, considerando-o como o conceito-sujeito de que se pode dizer, afirmando ou negando, algo (O boné é azul, *boné* como conceito do que se predica ser azul). Pode-se tratá-lo, ainda do ponto de vista ontológico, como o sujeito-objeto do qual se pode dizer algo (O boné é azul, *boné* como o objeto de que se fala). Em terceiro lugar, em termos de gnoseologia ou epistemologia, o sujeito é o sujeito cognoscente, um dos termos de todo processo de conhecimento. Finalmente (estamos deixando de fora o quinto sentido definido por Ferrater Mora por o considerarmos como uma variação do primeiro), o sujeito é o sujeito psicológico, sede empírica de nossa vida mental.

Pois bem, o que sugerimos aqui é uma afinidade entre o terceiro e o quarto sentidos, mediada pela prensa tipográfica, afinidade entre o sujeito como sujeito cognoscente e o sujeito psicológico. A prensa favorece uma certa forma de experiência psicológica que conduz ao conceito de sujeito cognoscente.

Vimos acima, com Havelock (1978), que a escrita alfabética dá pregnância ao verbo *ser*, em detrimento de verbos de ação. Ora, essa valorização do *ser* e da cópula lógica como forma da proposição, leva evidentemente aos dois primeiros sentidos de sujeito. A questão interessante é que esses dois primeiros sentidos, historicamente, não estão imediatamente próximos da emergência do sujeito cognoscente, traço característico da filosofia moderna.

A experiência de textos impressos, com todos os traços que alinhamos acima a partir de diversos autores, teria engendrado uma nova forma de experiência psicológica (ponto de vista fixo, representação etc.) que por seu turno teria tornado possível (ou mais possível, dado que impossível nunca foi) a enunciação do *sujeito* no sentido

cognoscente, e compreensão do processo de conhecimento a partir do jogo entre esse sujeito e um objeto a conhecer. Claro que a isso deve ser adicionado, como dito acima, o problema interno da filosofia de garantir o conceito de verdade, sem o que possivelmente o sujeito cognoscente nunca teria emergido. Mas o fato é que, se nossa hipótese se sustenta, a prensa opera a ligação entre o psicológico e o epistemológico: liga a experiência cotidiana à produção de conhecimento de um modo curioso e que remete para a tecnologia de comunicação.

Encerramos aqui, sabendo da absoluta impossibilidade de se testar a hipótese que colocamos, o que não impede sua enunciação e eventualmente sua utilização, ainda que apenas operacionalmente, no sentido de tentar entender essa história que é a nossa, a de nosso pensamento, a de nossa comunicação. ●

REFERÊNCIAS

- BARBIER, Frédéric. *Histoire du livre*. Paris: Armand Colin, 2006.
- DELEUZE, Gilles. *Lógica do sentido*. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- EISENSTEIN, Elizabeth. *A revolução da cultura impressa – os primórdios da Europa Moderna*. São Paulo: Ática, 1998.
- FERRATER MORA, José. *Dicionário de filosofia*. Lisboa: Dom Quixote, 1982.
- GOODY, Jack. *La Raison graphique: la domestication de la pensée sauvage*. Paris: Minuit, 1979.
- _____. *A lógica da escrita e a organização da sociedade*. Lisboa: Edições 70, 1987.
- GOODY, Jack; WATT, Ian. *As consequências do letramento*. São Paulo: Paulistana, 2006.
- HAVELOCK, Eric. *The Greek Concept of Justice – from its shadow in Homer to its substance in Plato*. Cambridge & London: Harvard University Press, 1978.
- _____. *A revolução da escrita na Grécia e suas consequências culturais*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- MEGGS, Philip B.; PURVIS, Alston W. *História do design gráfico*. São Paulo: Cosac Naify, 2009.
- MCLUHAN, Marshall. *A galáxia de Gutenberg*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

McLUHAN, Marshall. *Os meios de comunicação como extensões do homem*. São Paulo: Cultrix, 2005.

ONG, Walter. *Oralidade e cultura escrita: a tecnologia da palavra*. Campinas: Papirus, 1998.

TARDE, Gabriel. *La logique sociale*. Paris: Institut Synthélabo, 1999.

TARDE, Gabriel. *Les lois de l'imitation*. Paris: Éditions du Seuil, 2001.

NOTAS

- ¹ Uma versão preliminar do que aqui se encontra foi por nós apresentada no X Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, NP Produção Editorial, realizado no ano de 2010.
- ² A tradução de todas as obras em língua estrangeira citadas nas Referências é nossa.